

internacional

internacional@jornaldocomercio.com.br

Trump e Lula reabrem conversas entre ministros

Negociações voltam a ocorrer após telefonema de líderes na sexta

/ RELAÇÕES EXTERIORES

O ministro Márcio Elias (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil) e o representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, devem se reunir por videoconferência nesta semana. A informação foi confirmada pelo ministro brasileiro à Agência Estado.

A frente do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), Greer procurou Elias após a conversa telefônica entre os presidentes Donald Trump e Luiz Inácio Lula da Silva. Em nota, a pasta afirma que a ligação do presidente Lula e a sinalização do presidente Donald Trump para a retomada das conversas “abrem um novo canal de diálogo e reforçam a perspectiva de uma solução negociada, como sempre foi buscado pelo governo brasileiro”.

A data para retomada das negociações ainda não foi definida, mas a reunião pode ocorrer na segunda-feira. “Já combinamos que nos reuniremos a partir da semana que vem (esta semana) e vamos retomar as conversas diretamente”, disse Elias.

Greer está à frente do órgão responsável pelas negociações comerciais dos EUA e conduz a investigação que resultou no novo tarifaço sobre produtos brasileiros. Em alguns casos, as



JIM WATSON/AFP/IC

Trump liberou presença de altos dirigentes em reuniões com Brasil

tarifas são somadas, chegando a 37,5% de alíquota: 25% referentes à investigação iniciada no ano passado e 12,5% aplicados ao Brasil na mesma medida que a outros 59 países.

Lula e Trump conversaram na manhã desta sexta-feira, a pedido do petista. Em ligação que durou 1h20min, os dois presidentes falaram sobre o tarifaço imposto pelos Estados Unidos contra produtos brasileiros, sobre o combate ao crime organizado e sobre os principais conflitos globais. “A ligação transcorreu em tom amistoso e cordial”, afirmou o governo brasileiro em nota.

Além do contato telefônico, Greer e autoridades brasileiras devem se reunir no fim de setembro. O governo americano anunciou encontros que devem

ocorrer em Wisconsin com representantes dos países que participam do G20 - neste ano, os EUA serão os anfitriões do encontro, que acontecerá em dezembro em Mar-a-Lago.

Ainda não está batido o martelo sobre quem deve participar do evento - se o ministro Elias ou o ministro Mauro Vieira -, mas o governo petista deve enviar um representante para o encontro.

Segundo o governo americano, as discussões tratarão de uma série de temas, incluindo a eliminação do trabalho forçado nas cadeias globais de suprimentos, a atualização do princípio da Nação Mais Favorecida (NMF), a condenação do uso do comércio de alimentos como arma e o enfrentamento do excesso estrutural de capacidade e de produção.

Presidente do Irã aprova acordo proposto por EUA

/ ORIENTE MÉDIO

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, defendeu o memorando de entendimento com os Estados Unidos como a melhor saída para o impasse da guerra.

Em discurso publicado pela agência estatal Irna neste domingo, o presidente disse que membros do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã acreditavam que o memorando representava o melhor acordo possível, com base no que descreveu como “dignidade, sabedoria e interesse nacional”.

“Não há uma única cláusula neste acordo que equivalha a capitulação”, disse Pezeshkian. “O li-

der supremo define as políticas, e nós seguiremos esse caminho.”

O acordo conhecido como Memorando de Entendimento, que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou em junho, estabeleceu um prazo de 60 dias para encerrar a guerra com o Irã e chegar a um entendimento sobre o programa nuclear do país. Esse período terminou na semana passada, mas os dois lados continuam muito distantes, sem sinais de compromisso na questão crucial da reabertura do Estreito de Ormuz, vital para o transporte marítimo global.

Embora tenha enfatizado que Teerã não pretendia recuar diante de seus adversários, Pezesh-

kian também vinculou o acordo às perspectivas econômicas do Irã, dizendo que o país não consegue atrair investimentos nesta fase de estagnação.

Por outro lado, o novo chefe linha-dura do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã alertou os vizinhos de Teerã contra a adesão ao novo esforço dos EUA para prejudicar a economia iraniana.

“Se (Trump) quiser fazer alguma coisa, retaliaremos de forma devastadora”, disse Mohsen Rezaei em entrevista à emissora estatal que foi ao ar no sábado. Rezaei é parte de uma série de nomeações de alto escalão amplamente vistas como um endurecimento da postura política e militar de Teerã.

Juíza revoga política de Trump que barrava vistos de imigração

/ ESTADOS UNIDOS

A juíza federal Jeannette Vargas, dos Estados Unidos, anulou a decisão do governo Donald Trump que havia suspenso o processamento e a emissão de vistos de imigração para cidadãos de 75 países desde 21 de janeiro deste ano, entre eles Brasil, Rússia e Irã. A decisão foi proferida no Tribunal Distrital do Sul de Nova York, em ação movida por entidades e por solicitantes de vistos afetados pela medida.

O Departamento de Estado justificou o congelamento sob o argumento de que imigrantes dessas nacionalidades representariam “alto risco” de recorrer a programas de assistência social, além de um peso para as finanças públicas. A orientação, transmitida por meio de comunicado e de um texto assinado pelo secretário Marco

Rubio, determinava que funcionários consulares recusassem vistos com base na nacionalidade do solicitante, mesmo quando a análise individual apontasse que o candidato atendia aos demais requisitos.

Na sentença, Vargas afirmou que a política é “contrária à lei” e foi editada além da “autoridade legal” do secretário. A magistrada escreveu que o ato “proíbe categoricamente a emissão de vistos de imigração com base na nacionalidade do requerente” e, com isso, “dirige que funcionários consulares rechem requerentes elegíveis”.

Além de invalidar a política, a decisão revoga recusas de visto que tenham se baseado exclusivamente nessa orientação e determina o reenvio desses casos para nova análise, sem o uso do critério de nacionalidade. Contudo, o governo ainda pode recorrer.

